Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
EM ASSOCIAÇÃO COM O MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (MAST)

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- O Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, estabelecido em associação com o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, tem por objetivos:

- a) Promover a capacitação docente e o desenvolvimento da pesquisa em universidades e instituições de pesquisa e ensino de nível superior, no campo da História;
- b) Atender à demanda de capacitação de pesquisadores e historiadores visando a sua atuação em instituições públicas ou privadas que demandem serviços relacionados à História;
- c) Incentivar o envolvimento dos pesquisadores e profissionais de História nas problemáticas da sociedade, contribuindo para a reflexão sobre as condições sociais e sua transformação;
- d) Proporcionar espaços e oportunidades de discussão interdisciplinar que favoreçam (e contribuam para) a formulação de soluções conjuntas de problemas sociais próprios da realidade brasileira;
- e) Criar e incentivar atividades integradoras da pós-graduação e da graduação, que reflitam sobre a melhoria do ensino da História em todos os níveis.

Art. 2º - O Programa de Pós-Graduação em História está organizado como um conjunto de disciplinas e atividades visando a desenvolver e aprofundar a formação adquirida pelo aluno na perspectiva dos objetivos propostos. A matriz curricular compreende disciplinas e atividades acadêmicas relativas à Área de Concentração, desenvolvidas em caráter presencial e distribuídas pelo calendário escolar, nos prazos previstos pelo Regimento.

TÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO PROGRAMA

Art. 3º - O Programa de Pós-Graduação em História é regido pelos termos da legislação em vigor, a saber: o Regimento Geral da UNIRIO; o Regimento Geral da Pós-Graduação *stricto sensu* da UNIRIO; o Acordo de Mútua Cooperação celebrado entre a UNIRIO e o MAST, em 14 de setembro de 2009; e o presente Regulamento

Geral.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DO COLEGIADO

Art. 4º - O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História é um órgão deliberativo e de coordenação didático-científica, constituído:

- a) Do Coordenador, como presidente, e de 2 (dois) Vice-Coordenadores, como vice-presidentes;
- b) Dos docentes permanentes dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa;
- c) Da representação discente, composta por 2 (dois) representantes, um do Mestrado e um do Doutorado, eleitos entre os alunos regularmente matriculados, por mandato de 1 (um) ano.

Art. 5º - Caberá ao Colegiado do Programa:

- a) Propor alterações no Regulamento do Programa;
- b) Propor alterações na matriz curricular dos cursos;
- c) Deliberar sobre aproveitamento de créditos e transferências;
- d) Deliberar sobre os critérios de credenciamento de professores no corpo docente do Programa, bem como sobre as propostas e pedidos de credenciamento, descredenciamento, e afastamento temporário dos professores que constituem o corpo docente do Programa, nos termos dos Artigos 30, 31 e 32 deste Regulamento;
- e) Aprovar o Plano Anual do Programa e propor datas e eventos para o calendário escolar;
- f) Deliberar sobre os planos de aplicação de recursos postos à disposição do Programa pela UNIRIO, pelo MAST ou por agências financiadoras externas, propostos pela Comissão de Planejamento;
- g) Propor convênios de interesse para as atividades do Programa, os quais seguirão a tramitação própria da UNIRIO e demais instituições envolvidas;
- h) Deliberar sobre a proposta de Edital de Seleção elaborada pela Coordenação, a composição da Comissão de Seleção, e a quantidade de vagas a serem oferecidas nos cursos de Mestrado e Doutorado;
- i) Homologar a relação dos aprovados nos Exames de Seleção;
- j) Deliberar sobre a aceitação e o cômputo de créditos obtidos em outros cursos de pós-graduação, e de inscrição de alunos especiais no próprio Programa;
- k) Deliberar sobre as indicações dos orientadores de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado;
- l) Julgar requerimentos e recursos de alunos;
- m) Deliberar sobre a composição das Bancas Examinadoras de qualificações e defesas de Dissertação ou Tese;

- n) Decidir sobre a prorrogação dos prazos para a realização dos exames de qualificação e defesa de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, previstos no Parágrafo Único dos Artigos 27 e 28 deste Regulamento;
- o) Definir critérios para concessão de bolsas aos alunos do Programa e homologar as propostas de distribuição de bolsas elaboradas e encaminhadas regularmente pela Comissão de Bolsas e Acompanhamento Discente;
- p) Indicar e eleger o Coordenador e Vice-Coordenadores do Programa, para um mandato de 3 (três) anos;
- q) Indicar Professor representante do Colegiado do Programa nas diversas instâncias de representação;
- r) Aprovar as Áreas de Concentração, as Linhas de Pesquisa ou os Eixos Temáticos do Curso.

Parágrafo Único. Para melhor cumprir o estabelecido neste Artigo, os integrantes do Colegiado do Programa formarão, através de eleição, uma Comissão de Bolsas e Acompanhamento Discente, uma Comissão de Planejamento e uma Comissão de Acompanhamento Docente, com regras e normas próprias. Outras comissões poderão ser constituídas conforme as necessidades do Programa. Os pareceres das comissões serão objeto de deliberação do Colegiado.

Art. 6º - O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História reunir-se-á ordinária e extraordinariamente.

§ 1º - As reuniões ordinárias, realizadas mensalmente, serão convocadas por escrito, pelo Coordenador, no mínimo 5 (cinco) dias úteis antes da sua realização.

§ 2º - As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Coordenador ou mediante requerimento da maioria simples dos membros do Colegiado, sempre com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§ 3º - Somente os membros do Colegiado terão voto nas reuniões. Em casos especiais o Colegiado poderá convidar pessoas externas para participar das reuniões.

Art. 7º - O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História somente funcionará com a maioria simples de seus membros e deliberará por maioria dos presentes. Em caso de empate caberá ao Coordenador o voto de qualidade.

CAPÍTULO II

DA COORDENAÇÃO

Art. 8º - A Coordenação é um órgão executivo e será exercida por um Coordenador do Curso, obrigatoriamente da UNIRIO, e mais 2 (dois) Vice-Coordenadores, necessariamente professores do quadro permanente, um obrigatoriamente da UNIRIO, e um segundo obrigatoriamente do MAST, membros do Colegiado do Programa, eleitos para um mandato de 3 (três) anos, permitida uma única recondução.

§ 1º - O Colégio Eleitoral para a escolha do Coordenador e Vice-Coordenadores será composto por todos os integrantes do Colegiado do Programa.

§ 2º - Os nomes do Coordenador e Vice-Coordenadores eleitos serão encaminhados pelo Colegiado à Decania da UNIRIO para homologação.

§ 3º - As nomeações do Coordenador e do Vice-Coordenador da UNIRIO caberão ao

Reitor da UNIRIO.

§ 4º - A nomeação do Vice-Coordenador do MAST caberá ao Diretor do MAST.

Art. 9º - Caberá ao Coordenador:

- a) convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- b) coordenar as atividades didáticas do Programa;
- c) elaborar os planos de aplicação de recursos à disposição do Programa, a serem aprovados pelo Colegiado, e supervisionar sua aplicação;
- d) supervisionar as atividades administrativas do Programa;
- e) elaborar o Edital de Seleção a fim de encaminhá-lo ao Colegiado;
- f) apresentar ao Colegiado as propostas de composição das Bancas Examinadoras de qualificações e defesas de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, conforme indicação dos orientadores;
- g) apresentar ao Colegiado as propostas e pedidos de credenciamento, descredenciamento, e afastamento temporário de membros do corpo docente do Programa;
- h) apresentar ao Colegiado os requerimentos e recursos dos alunos;
- i) delegar competência para execução de tarefas específicas;
- j) decidir *ad referendum* do Colegiado assuntos urgentes da competência daquele órgão;
- k) elaborar o Plano Anual do Programa, a ser aprovado pelo Colegiado, e zelar por sua observância;
- l) apresentar ao Colegiado propostas e projetos de interesse do Programa, e encaminhá-los às instâncias deliberativas e às agências de fomento pertinentes;
- m) cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado e da Administração Superior da UNIRIO;
- n) representar o Programa perante a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UNIRIO, e nas reuniões dos órgãos e conselhos de ensino e pesquisa da UNIRIO;
- o) representar o Programa, dentro e fora da Universidade, em todas as instâncias necessárias.

Art. 10 - O Vice-Coordenador da UNIRIO substituirá o Coordenador nas suas faltas e impedimentos e, no caso de vacância, a qualquer época, completará o mandato do Coordenador.

Art. 11 - O Vice-Coordenador do MAST ficará responsável pela representação do Curso no MAST e por substituir o Coordenador em casos cabíveis.

Parágrafo Único. Se a vacância ocorrer, será eleito novo Vice-Coordenador, o qual acompanhará o mandato do titular.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA

Art. 12 - A Secretaria é o órgão coordenador e executor dos serviços administrativos e será dirigida por um Secretário. A Secretaria do Programa está localizada nas dependências da UNIRIO.

Art. 13 - Além do Secretário, podem integrar a Secretaria os servidores e estagiários designados para desempenho de tarefas administrativas.

Art. 14 - Cabe à Secretaria:

- a) Executar os serviços da Secretaria e outros que lhe sejam atribuídos pela Coordenação;
- b) Manter em dia os registros de todo o pessoal docente, técnico-administrativo e discente;
- c) Receber e processar os pedidos de matrícula;
- d) Receber e informar ao Coordenador os requerimentos de alunos;
- e) Registrar frequência e notas obtidas pelos alunos;
- f) Distribuir e arquivar os documentos relativos às atividades didáticas e administrativas;
- g) Preparar prestações de contas e relatórios;
- h) Manter atualizada a Coleção de Leis, Decretos, Portarias, Circulares e outros, que regulamentam os Programas de Pós-Graduação;
- i) Manter em dia inventário do equipamento e material do Programa;
- j) Preparar, assinando com o Coordenador do Programa, o Histórico Escolar dos alunos;
- l) Secretariar as reuniões do Colegiado e as reuniões gerais do Programa;
- m) Secretariar as sessões destinadas à defesa de Dissertações ou Teses;
- n) Expedir aos professores e alunos os avisos de rotina.

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

CAPÍTULO IV

DO CORPO DISCENTE

Art. 15 - O Corpo Discente do Programa constitui-se de alunos regularmente matriculados.

Art. 16 - São direitos dos discentes:

- a) Contar com oferta necessária de disciplinas, de modo a ser viabilizado o cumprimento dos prazos definidos neste Regimento;

- b) Receber orientação condizente com seu plano de estudos e com a natureza de suas necessidades, desde que adequados à estrutura do Curso;
- c) Participar das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- d) Ter representante, eleito por seus pares, no Colegiado do Programa, no Conselho do Centro Universitário a que se vincula o Programa e na Câmara de Pós-Graduação da UNIRIO.

Art. 17 - São deveres dos discentes:

- a) Participar com proveito de todas as atividades acadêmicas do Curso;
- b) Ter frequência em, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do total das atividades acadêmicas de cada disciplina na qual estiver inscrito;
- c) Cumprir o disposto nas normas regimentais desta Universidade;
- d) Fazer regularmente matrícula e inscrição em disciplinas;
- e) Cumprir os créditos das disciplinas estabelecidas na matriz curricular;
- f) Entregar regularmente relatório de atividades, conforme calendário acadêmico anual;
- g) Cumprir tarefas orientadas à sua formação;
- h) Realizar exame de qualificação da Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado;
- i) Redigir e defender a Dissertação ou Tese.

CAPÍTULO V

DO CURRÍCULO

Art. 18 - O currículo do Programa de Pós-Graduação em História é constituído por uma Área de Concentração, com 3 (três) Linhas de Pesquisa, conforme especificadas a seguir: Instituições, Poder e Ciências; Cultura, Poder e Representações; e Patrimônio, Ensino de História e Historiografia. O curso de Mestrado prevê a realização de 9 (nove) disciplinas, correspondentes a 26 (vinte e seis) créditos, divididas entre disciplinas formais e Seminários. O curso de Doutorado prevê a realização de 11 (onze) disciplinas, correspondentes a 28 (vinte e oito) créditos, divididas entre disciplinas formais e Seminários.

§ 1º - As disciplinas formais e os Seminários vinculam-se à Área de Concentração e às Linhas de Pesquisa existentes no Programa.

§ 2º - As disciplinas formais agrupam-se em Obrigatórias, Optativas e Eletivas.

§ 3º - A disciplina Obrigatória específica de uma Linha de Pesquisa pode ser considerada Optativa ou Eletiva em relação às outras linhas.

§ 4º - As disciplinas Eletivas podem ser cursadas em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da própria UNIRIO ou de outra instituição, no Brasil, desde que reconhecidos pela CAPES; ou no exterior, desde que com prévia autorização do Colegiado.

Art. 19 - A estrutura dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social está organizada em torno de 3 (três) linhas curriculares: Fundamentação Teórica e Conceitual; Metodologia e Pesquisa; e Elaboração de Dissertação ou Tese.

§ 1º - A linha curricular de Fundamentação Teórica e Conceitual abrange as disciplinas *Teoria da História; Instituições, Poder e Ciências; Cultura, Poder e Representações; Patrimônio, Ensino de História e Historiografia; Tópicos especiais em Instituições, Poder e Ciências; Tópicos especiais em Cultura, Poder e Representações; Tópicos especiais em Patrimônio, Ensino de História e Historiografia*, e a *Eletiva*.

a) A disciplina *Teoria da História* vale 4 (quatro) créditos, é Obrigatória para todos os alunos do curso de Mestrado, independentemente da Linha de Pesquisa, e para os alunos do curso de Doutorado cujo Mestrado não foi realizado em História, independentemente da instituição de origem;

b) As disciplinas *Instituições, Poder e Ciências; Cultura, Poder e Representações; e Patrimônio, Ensino de História e Historiografia* valem 4 (quatro) créditos cada uma, e são Obrigatórias para os alunos do curso de Mestrado, nas respectivas Linhas de Pesquisa;

c) As disciplinas *Tópicos especiais* valem 4 (quatro) créditos cada uma, são optativas para os alunos de Mestrado e de Doutorado, nas respectivas Linhas de Pesquisa;

d) As disciplinas *Eletivas* devem ser escolhidas pelo aluno sob a supervisão de seu orientador, totalizando um mínimo de 4 (quatro) créditos para o curso de Mestrado e 4 (quatro) créditos para o curso de Doutorado, respectivamente.

§ 2º - A linha curricular de Metodologia e Pesquisa abrange as disciplinas *Seminário de Pesquisa*, que valem 2 (dois) créditos cada uma, e estão vinculadas às Linhas de Pesquisa existentes no Programa. Os alunos do curso de Mestrado deverão totalizar 6 (seis) créditos em *Seminários de Pesquisa*, e os alunos do curso de Doutorado deverão totalizar 8 (oito) créditos em *Seminários de Pesquisa*.

§ 3º - A linha curricular de Elaboração de Dissertação ou Tese é composta pelas disciplinas *Seminário de Dissertação I* e *Seminário de Dissertação II*, para o curso de Mestrado, e pelas disciplinas *Seminário de Tese I, Seminário de Tese II, Seminário de Tese III* e *Seminário de Tese IV*, para o curso de Doutorado, e estão vinculadas às Linhas de Pesquisa existentes no Programa. Os *Seminários de Dissertação ou Tese* compreendem as etapas de elaboração e consolidação da Dissertação ou Tese, e cada uma das disciplinas dessa linha curricular vale 2 (dois) créditos. Os alunos do curso de Mestrado deverão totalizar 4 (quatro) créditos. e os alunos do curso de Doutorado deverão totalizar 8 (oito) créditos.

Art. 20 - Todos os alunos dos cursos de Mestrado e Doutorado deverão realizar estágio docência, da seguinte maneira:

a) O estágio docência tem duração semestral e deverá ser realizado no 2º ou no 3º semestre do Curso;

b) O estágio docência consiste na realização de atividades relacionadas ao ensino de História, no nível da graduação, em disciplina relacionada ao tema da pesquisa desenvolvida pelo aluno, ou na disciplina de Metodologia de Pesquisa; ou ainda, no caso de esta última não estar sendo oferecida no semestre, em disciplina correlata.

c) A supervisão e o acompanhamento das atividades deverão ser feitos pelo orientador;

d) Ao fim do estágio docência, o aluno deverá encaminhar relatório específico à Comissão de Bolsas e Acompanhamento Discente, contendo:

i. Registro e avaliação das atividades realizadas;

ii. Parecer do orientador.

e) Caso o aluno não possa realizar estágio docência, deverá encaminhar um requerimento justificado de isenção, que será apreciado pelo Colegiado.

Art. 21 - Pode ser concedido o aproveitamento de créditos realizados em outros Programas de Pós-graduação *stricto sensu* recomendados pela CAPES, até o limite máximo de 1/3 (um terço) do total de carga horária/créditos das disciplinas.

Art. 22 - Em caráter excepcional, por proposição do Colegiado do Programa e com aval da Câmara de Pós-Graduação da UNIRIO, poderá ser concedido ao candidato com alta qualificação o título de Doutor diretamente por defesa de Tese, desde que:

a) o candidato tenha atuação na área superior a 25 (vinte e cinco) anos;

b) a produção intelectual, artística ou científica do candidato seja reconhecida como referência pela área.

Parágrafo único. A defesa direta de Tese deverá ser realizada em até 2 (dois) anos após a aprovação do pedido pela Câmara de Pós-Graduação da UNIRIO.

CAPÍTULO VI

DO SISTEMA DE CRÉDITOS

Art. 23 - A integralização dos estudos será expressa em unidades de créditos e dependerá da apuração da frequência e da avaliação do aproveitamento escolar.

Art. 24 - Cada unidade de crédito corresponde a 15 (quinze) horas/aula ou 15 (quinze) horas/aula de atividades programadas (cf. Anexo 1).

Art. 25 - Para a obtenção do grau de Mestre em História o aluno deve integralizar o mínimo de 38 (trinta e oito) créditos, considerando sua vinculação a uma das Linhas de Pesquisa do Programa, obtidos conforme segue:

Fundamentação Teórica e Conceitual = 16 créditos

Metodologia e Pesquisa = 06 créditos

Elaboração de Dissertação = 04 créditos

Estágio docência = 02 créditos

Exame de Qualificação = 05 créditos

Defesa da Dissertação = 05 créditos

Total = 38 créditos

Art. 26 - Para a obtenção do grau de Doutor em História, o aluno deve integralizar o mínimo de 60 (sessenta) créditos, considerando sua vinculação a uma das Linhas de Pesquisa do Programa, obtidos conforme segue:

Fundamentação Teórica e Conceitual = 12 créditos

Metodologia e Pesquisa = 08 créditos

Elaboração de Tese = 08 créditos

Estágio docência = 02 créditos

Exame de Qualificação = 15 créditos

Defesa da Tese = 15 créditos

Total = 60 créditos

Art. 27 - O curso de Mestrado em História terá a duração mínima de 12 (doze) e máxima de 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo Único. O prazo de defesa da qualificação de Mestrado é de 12 (doze) meses e o de defesa da Dissertação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do ingresso no Programa. Só poderá defender a qualificação o aluno que tiver integralizado os créditos relativos às disciplinas Obrigatórias, Optativas e Eletivas. Por solicitação justificada do orientador, estes prazos poderão ser prorrogados por até 6 (seis) meses além da duração prevista no currículo, mediante apreciação do Colegiado.

Art. 28 - O curso de Doutorado em História terá a duração mínima de 24 (vinte e quatro meses) e máxima de 48 (quarenta e oito meses).

Parágrafo Único. O prazo de defesa da qualificação de Doutorado é de 24 (vinte e quatro) meses e o de defesa da Tese é de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir do ingresso no Programa. Só poderá defender a qualificação o aluno que tiver integralizado os créditos relativos às disciplinas Obrigatórias, Optativas e Eletivas. Por solicitação justificada do orientador, estes prazos poderão ser prorrogados por até 6 (seis) meses além da duração prevista no currículo, mediante apreciação do Colegiado.

CAPÍTULO VII

DO PLANO ACADÊMICO ANUAL

Art. 29 - O Plano Anual do Programa, elaborado pelo Coordenador e aprovado pelo Colegiado, especificará as disciplinas oferecidas semestralmente, bem como as demais atividades acadêmicas, junto com o respectivo número de créditos, cargas horárias e ementas.

Parágrafo Único. O Plano Anual do Programa obedecerá ao Calendário da UNIRIO ao estabelecer as datas do período letivo e demais eventos acadêmicos.

CAPÍTULO VIII

DO CORPO DOCENTE

Art. 30 - O ingresso no Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em História Social, como professor permanente ou colaborador, será decidido pelo Colegiado, em obediência aos critérios estabelecidos pela Câmara de Pós-Graduação da UNIRIO, e mediante avaliação feita pela Comissão de Acompanhamento Docente.

Parágrafo Único. O parecer da Comissão de Acompanhamento Docente será emitido de acordo com critérios específicos ao Programa, previamente estabelecidos pelo Colegiado para professores, respectivamente, dos cursos de Mestrado e Doutorado, a partir da análise do currículo do candidato e do plano de trabalho, em que devem constar as atividades desenvolvidas nos últimos 3 (três) anos e aquelas a serem desenvolvidas nos próximos 3 (três) anos, tais como: pesquisa (com o projeto de pesquisa), docência, orientação, produção científica, técnica e de extensão, todas vinculadas a uma Linha de Pesquisa.

Art. 31 - O credenciamento terá duração de 3 (três) anos.

Parágrafo Único. Ao final deste prazo, o docente deverá apresentar relatório das atividades de pesquisa realizadas ou, se for o caso, novo projeto de pesquisa.

Art. 32 - Poderão ser credenciados no Corpo Docente do Programa, como professores permanentes ou colaboradores, os professores da UNIRIO e os pesquisadores do MAST. Poderão ser credenciados como professores visitantes os docentes ou pesquisadores que sejam vinculados a outra instituição de ensino superior e pesquisa, no Brasil ou no exterior, que permaneçam durante um período contínuo e determinado à disposição da UNIRIO ou do MAST, contribuindo para o desenvolvimento das atividades acadêmicas do Programa.

Art. 33 - Todos os professores credenciados no Programa de Pós-Graduação em História, como professores permanentes nos cursos de Mestrado e Doutorado, são membros do Colegiado.

Art. 34 - São direitos dos docentes:

- a) Participar do Colegiado, na forma prevista pelo Regulamento de cada Programa;
- b) Afastar-se para realização de estágios e eventos científicos;
- c) Recorrer a instâncias superiores em casos de discordância de decisões de credenciamento.

Art. 35 - São deveres dos docentes:

- a) Participar das atividades acadêmicas e administrativas do Programa;
- b) Exercer funções de Orientador e Coorientador de Dissertação ou de Tese;
- c) Participar das atividades de pesquisa institucionais;
- d) Apresentar à comunidade acadêmica o resultado de suas atividades de pesquisa;
- e) Cumprir e fazer cumprir este Regulamento e o Regimento Geral da Pós-Graduação *stricto sensu* da UNIRIO.

TÍTULO V

DO REGIME ESCOLAR

CAPÍTULO IX

DO PROCESSO DE SELEÇÃO DO CORPO DISCENTE

Art. 36 - O ingresso de alunos no Programa de Pós-Graduação em História será feito por meio de Exame de Seleção, obedecendo ao número de vagas aprovado pelo Colegiado, respectivamente, para os cursos de Mestrado e Doutorado.

Parágrafo Único. As etapas do processo seletivo e a documentação exigida do candidato no ato de inscrição serão definidas em Edital próprio.

Art. 37 - Os candidatos ao processo seletivo para ingresso nos cursos de Mestrado ou Doutorado devem ser alunos diplomados em quaisquer cursos de Graduação reconhecidos pelo MEC, dentro e/ou fora do território brasileiro, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 38 - Os candidatos ao processo seletivo para ingresso nos cursos de Mestrado ou Doutorado devem apresentar requerimento de inscrição, conforme modelo estabelecido em edital, que obrigatoriamente deve exigir os documentos abaixo relacionados, além de outros definidos pelo Colegiado do Programa no edital:

- a) Cópia do diploma de Graduação ou Mestrado, ou Declaração de conclusão de Curso de Graduação ou de Mestrado;
- b) Histórico Escolar do Curso de Graduação ou Mestrado.

Art. 39 - A inscrição dos candidatos no Exame de Seleção para ingresso no Programa de Pós-Graduação em História deve ser homologada pela Comissão de Seleção, que participará de todo o processo seletivo.

Parágrafo Único. A Comissão de Seleção deve ser composta de forma a que nela estejam representadas as 3 (três) Linhas de Pesquisa previstas na organização curricular do Programa.

Art. 40 - O ingresso na Pós-Graduação *stricto sensu* dar-se-á após a aprovação e classificação no exame de seleção, e matrícula realizada no Curso.

I – É considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 7 (sete) em todas as etapas eliminatórias da seleção;

II – A classificação dos candidatos far-se-á na ordem decrescente da média final do processo de seleção;

III – A Comissão de Seleção deve referendar os resultados da classificação perante o Colegiado do Programa antes da sua divulgação.

CAPÍTULO X

DA MATRÍCULA, INSCRIÇÃO, TRANCAMENTO E DESLIGAMENTO

Art. 41 - O aluno deverá formalizar sua matrícula na Secretaria do Curso, no prazo fixado pelo Calendário Acadêmico do Programa.

Parágrafo Único. A inexistência de inscrição semestral em disciplina ou atividade de pesquisa implica abandono do Programa.

Art. 42 - Após a obtenção dos créditos em disciplinas e até a defesa de Dissertação ou Tese, o vínculo com o Programa é mantido mediante a renovação semestral de matrícula e apresentação de relatório semestral de atividades com parecer do professor orientador.

Art. 43 - É facultada a inscrição em disciplinas isoladas do Programa:

a) A alunos regularmente matriculados em Programas *stricto sensu* de outras instituições, dentro dos limites de vagas de cada disciplina, desde que o aluno seja encaminhado oficialmente pelo Coordenador de seu Programa de origem;

b) A alunos especiais, sem vínculo com Pós-Graduação: portadores de diploma de ensino superior ou alunos do último semestre de Graduação da UNIRIO, desde que aceitos pelo professor ministrante da disciplina e pelo Colegiado, dentro dos limites de vagas de cada disciplina, sendo facultada a inscrição do aluno em apenas 1 (uma) disciplina por semestre, até o máximo de 2 (duas) por aluno.

Art. 44 - É permitido o trancamento de matrícula no Programa pelo prazo máximo de 1 (um) semestre no Mestrado e 2 (dois) no Doutorado, intercalados ou consecutivos, desde que possam ser cumpridos os prazos de conclusão de Curso.

§ 1º - O aluno bolsista não poderá requerer trancamento.

§ 2º - O aluno que já obteve trancamento não poderá concorrer à bolsa.

Art. 45 - Será desligado do curso o aluno que:

I – não realizar sua matrícula semestral;

II – tiver mais de 1 (uma) reprovação em disciplina no Mestrado e mais de 2 (duas) reprovações em disciplinas no Doutorado;

III – ultrapassar o prazo regimental para a defesa de Dissertação ou Tese;

IV – infringir o Regimento da UNIRIO, o Regimento Geral da Pós-Graduação da UNIRIO ou o Regulamento deste Programa.

§ 1º - O desligamento deverá ser homologado pelo Colegiado do Programa.

CAPÍTULO XI DA ORIENTAÇÃO

Art. 46 - Após a matrícula, o aluno deverá indicar um professor orientador no prazo fixado no Calendário Acadêmico do Programa. A escolha deverá ser homologada pelo Colegiado conforme as necessidades do Programa.

Art. 47 - Estão aptos a orientar e coorientar Dissertações de Mestrado e a coorientar Teses de Doutorado todos os professores, permanentes ou colaboradores, credenciados no Programa de Pós-Graduação em História.

Parágrafo Único. Os professores visitantes estão aptos a coorientar Dissertações e Teses de Doutorado.

Art. 48 - Estão aptos a orientar Teses de Doutorado todos os professores, permanentes ou colaboradores, credenciados no Programa de Pós-Graduação em História, que tenham sido formalmente aceitos pelo Colegiado como orientadores de Tese, conforme disposto nos Artigos 30, 31 e 32 deste Regulamento.

Art. 49 - São atribuições do Professor Orientador:

- a) Orientar a matrícula em disciplinas apropriadas à formação do aluno;
- b) Acompanhar e supervisionar o aluno no estágio docência;
- c) Orientar o aluno a realizar as tarefas de pesquisa e a redação da Dissertação ou Tese nos prazos estabelecidos pelo Programa.

Art. 50 - O vínculo de compromisso entre o Professor Orientador e, quando for o caso, o professor coorientador e o aluno deverá ser formalizado através de um Termo de Compromisso assinado pelos proponentes e avalizado pelo Coordenador do Programa.

Art. 51 - Compete ao Coorientador auxiliar e complementar as atribuições destinadas ao Orientador.

Parágrafo Único. O Coorientador poderá ser escolhido entre professores e pesquisadores doutores externos ao Programa, com a aprovação do Colegiado.

Art. 52 - O Colegiado poderá permitir, através de requerimento fundamentado dirigido ao Colegiado do Curso, a mudança do Orientador.

Art. 53 - O Colegiado poderá permitir a mudança do tema da Dissertação ou Tese através da apresentação de requerimento fundamentado e novo projeto de pesquisa.

CAPÍTULO XII

DA FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO ESCOLAR

Art. 54 - A frequência é obrigatória e não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária programada, por disciplina ou atividade.

Art. 55 - A avaliação de desempenho dos alunos nas disciplinas formais e nos seminários será expressa por meio de notas de 0 (zero) a 10 (dez), com uma casa decimal, considerando as normas e procedimentos relativos ao cálculo de Coeficiente de Rendimento – CR – e Coeficiente de Rendimento Acumulado – CRA – em vigor na UNIRIO.

Parágrafo Único. Será considerado aprovado na disciplina ou Seminário o aluno que obtiver nota igual ou superior a 7 (sete), com frequência mínima de 75 % (setenta e cinco por cento) no conjunto das atividades programadas.

Art. 56 - O cômputo de créditos obtidos em disciplinas e atividades desenvolvidas em outras instituições será realizado de acordo com equivalência definida pelo Colegiado.

Art. 57 - O aluno só poderá matricular-se em Seminário de Dissertação ou Seminário de Tese após ter concluído todos os créditos das linhas curriculares de Fundamentação Teórica e Conceitual e Metodologia e Pesquisa, ter realizado o estágio docência e ter defendido a qualificação, conforme disposto nos Artigos 19 e 20 deste Regulamento.

Art. 58 - O exame de qualificação para o Mestrado ou Doutorado será realizado por uma Banca Examinadora proposta pelo Professor Orientador e aprovada pelo Colegiado do Programa.

§ 1º - A Banca Examinadora de qualificação para o Mestrado deverá ser composta pelo Professor Orientador (Presidente), um membro interno ao corpo docente do Programa, um membro externo ao corpo docente do Programa e um membro suplente, do corpo docente do Programa.

§ 2º - A Banca Examinadora de qualificação para o Doutorado deverá ser composta pelo Professor Orientador (Presidente), um membro interno ao corpo docente do Programa, um membro externo ao corpo docente do Programa e um membro suplente, do corpo docente do Programa.

CAPÍTULO XIII

DA CONCESSÃO DE BOLSAS

Art. 59 - A distribuição de bolsas entre os alunos do Programa é feita regularmente pela Comissão de Bolsas e Acompanhamento Discente, de acordo com critérios definidos pelo Colegiado, estabelecidos em Regulamento próprio.

Art. 60 - A Comissão de Bolsas e Acompanhamento Discente é constituída por, no mínimo, 6 (seis) membros: o Coordenador do Programa (membro nato), 3 (três) representantes docentes, sendo um de cada Linha de Pesquisa, e 2 (dois) representantes discentes bolsistas, sendo um do Mestrado e um do Doutorado, escolhidos por seus respectivos colegiados.

CAPÍTULO XIV

DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 61 - A Dissertação é o trabalho de conclusão do curso de Mestrado, e a Tese é o trabalho de conclusão do curso de Doutorado. As Dissertações de Mestrado e as Teses de Doutorado deverão ser elaboradas dentro das Linhas de Pesquisa e Área de Concentração do Programa.

Art. 62 - Após cumpridas as exigências para defesa da Dissertação ou Tese previstas neste Regulamento, os exemplares do trabalho deverão ser entregues à Secretaria do Programa, para registro e encaminhamento à Banca Examinadora, conforme disposto a seguir: no caso de Dissertações de Mestrado, deverão ser entregues 5 (cinco) cópias do trabalho, sendo 1 (uma) para cada membro da banca, 1 (uma) cópia para o suplente e 1 (uma) para a Secretaria do Programa, e no caso de Teses de Doutorado, deverão ser entregues 8 (oito) cópias do trabalho, sendo 1 (uma) para cada membro da banca, 2 (duas) cópias para os suplentes da banca e 1 (uma) para a Secretaria do Programa.

§ 1º - O prazo para encaminhamento dos exemplares à Banca Examinadora será de, no mínimo, 30 (trinta) dias antes da data prevista para a defesa.

§ 2º - A sessão de apresentação e julgamento da Dissertação ou Tese deverá ser aprovada pelo Coordenador do Programa e aprovada e homologada em reunião do Colegiado, e será pública, em local, data e horário previamente divulgados.

§ 3º - Os trabalhos realizados durante a sessão de defesa da Dissertação ou Tese serão registrados em Ata, lavrada e assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Art. 63 - As Bancas Examinadoras de Mestrado ou Doutorado serão constituídas por especialistas credenciados e aprovados pelo Colegiado do Programa, e designadas pela Coordenação do Programa.

§ 1º - No caso das Dissertações de Mestrado, a Banca Examinadora será composta de, no mínimo, 3 (três) membros, dos quais 1 (um) será, necessariamente, o Professor Orientador (Presidente), e 1 (um) será, necessariamente, um professor doutor externo à UNIRIO.

§ 2º - No caso das Teses de Doutorado, a Banca Examinadora será composta de, no mínimo, 5 (cinco) membros, dos quais 1 (um) será, necessariamente, o Professor Orientador (Presidente), e pelo menos 2 (dois) professores doutores externos ao Programa, sendo pelo menos um deles externo à UNIRIO.

§ 3º - Poderão participar da Banca Examinadora, como membros externos, professores aposentados do Programa ou outros programas de pós-graduação afins, além de profissionais com titulação pertinente.

§ 4º - A Banca Examinadora de Mestrado contará, ainda, com 1 (um) suplente, obrigatoriamente externo ao corpo docente do Programa. A Banca Examinadora de Doutorado contará, ainda, com 2 (dois) suplentes, sendo pelo menos um deles obrigatoriamente externo ao corpo docente do Programa.

Art. 64 - Após a sessão de defesa, a Dissertação ou Tese será considerada Aprovada ou Não Aprovada. O aluno tem o prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da data da defesa para entregar a versão final do trabalho na Secretaria do Programa sendo 3 (três) exemplares impressos e 1 (um) em meio eletrônico, como condição final para a expedição do diploma.

§ 1º - Poderá ser atribuído o conceito com louvor ao aluno cujo trabalho tenha sido considerado pela Banca Examinadora, por unanimidade, particularmente relevante para o campo da História Social.

§ 2º - Dos exemplares referidos no *caput* deste artigo, pelo menos 2 (dois) deverão ser encaminhados à Biblioteca Central da UNIRIO e 1 (um) ao Banco de Teses do Programa.

CAPÍTULO XV

DA CONCESSÃO DO TÍTULO

Art. 65 - Ao aluno do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História que tiver cumprido as exigências deste Regulamento será conferido o título de Mestre em

História. Ao aluno do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História que tiver cumprido as exigências deste Regulamento será conferido o título de Doutor em História.

Art. 66 - Os diplomas de Mestre e Doutor em História serão emitidos pela UNIRIO.

Parágrafo Único. No verso do diploma deverá constar carimbo que identifique o convênio estabelecido entre a UNIRIO e o MAST para fins de desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em História.

TÍTULO VI

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 67 - Os recursos financeiros necessários ao funcionamento do Programa de Pós-Graduação em História são provenientes de dotação orçamentária da UNIRIO e de auxílios oriundos de Agências de Fomento à Pós-Graduação e à Pesquisa, regionais, nacionais ou internacionais.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros poderão ser oriundos de e estar vinculados a atividades e/ou projetos desenvolvidos em parceria com o MAST e outras instituições de pesquisa e ensino superior, nacionais ou estrangeiras, mediante aprovação do Colegiado.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 68 - Este Regulamento só poderá ser modificado em um dos seguintes casos:

I – Em obediência a decisões dos órgãos competentes da Administração Federal ou da UNIRIO;

II – Por iniciativa do Coordenador do Programa, por maioria de votos dos membros do Colegiado;

III – Por proposta subscrita por 2/3 (dois terços) do Colegiado do Programa.

Art. 69 - Este Regulamento entra em vigor após aprovação pela Câmara de Pós-Graduação da UNIRIO, com a data de publicação no Boletim Oficial da UNIRIO.

Art. 70 - Caberá ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História resolver os casos omissos neste Regulamento.

ANEXO 1:

Quadro de disciplinas do curso de Mestrado:

Disciplinas e Seminários	Créditos / horas
Teoria da História	4 / 60
Obrigatória da Linha de Pesquisa	4 / 60
Tópicos Especiais	4 / 60
Eletiva	4 / 60
Seminário de Pesquisa I	2 / 30
Seminário de Pesquisa II	2 / 30
Seminário de Dissertação I	2 / 30
Seminário de Dissertação II	2 / 30
Seminário de Dissertação III	2 / 30
Subtotal 1	26 / 390
Estágio Docência	2 / 30
Qualificação	5 / 75
Defesa da Dissertação	5 / 75
Subtotal 2	12 / 180
Total (1 + 2)	38 / 570

Quadro de disciplinas do curso de Doutorado:

Disciplinas e Seminários	Créditos / horas
Teoria da História	4 / 60
Tópicos Especiais	4 / 60
Eletiva	4 / 60
Seminário de Pesquisa I	2 / 30
Seminário de Pesquisa II	2 / 30
Seminário de Pesquisa III	2 / 30
Seminário de Pesquisa IV	2 / 30
Seminário de Tese I	2 / 30
Seminário de Tese II	2 / 30
Seminário de Tese III	2 / 30
Seminário de Tese IV	2 / 30
Subtotal 1	16 / 420
Estágio Docência	2 / 30
Qualificação	15 / 225
Defesa da Tese	15 / 225
Subtotal 2	32 / 480
Total (1 + 2)	60 / 900